

A ARTE DO COURO E O OFÍCIO DO GADO NA FAZENDA MINEIRA

Eduardo Magalhães Ribeiro

Março de 2003

A Fazenda mineira:

A fazenda de gado é uma das mais sólidas tradições do meio rural de Minas Gerais, onde se cria, desde o século XIX, o maior rebanho bovino do Brasil. Talvez mais que a fazenda de café, a fazenda de criação marcou o imaginário dos mineiros, pelas façanhas que se tornaram épicas - viagens de boiadas, aventuras de vaqueiros, fortunas feitas com o gado - e foram incorporados às obras de escritores e à própria maneira de se pensar Minas Gerais. Nas últimas três décadas do século XX, porém, essa fazenda de gado passou por tantas mudanças - produtivas, trabalhistas, fundiárias e econômicas - que suas características originais quase desapareceram. Na atual unidade de produção integrada, especializada e dinâmica só se percebem os rastros da antiga fazenda autônoma: ainda é possível encontrar o que resta de rompantes aos fazendeiros, ouvir as histórias da glória do gado, ver os casarões e currais que sobrevivem, procurar antigos vaqueiros e oficiais de serviços rurais na periferia de grandes cidades mineiras - aposentados, mas cheios de lembranças. Neste começo do século XXI os mais fortes vestígios da velha fazenda de gado estão nas lembranças e nos museus.

No entanto, até meados do século XX, a fazenda governava o meio rural: regia seu próprio destino e foi definida por um viajante europeu como "algo de intermediário entre uma família e um reino". Um autor mineiro dos anos 1950 escreveu que as leis, a economia e o Estado cessavam de existir na entrada de uma fazenda de gado, onde, porteiras e divisas adentro, existia uma sociedade independente cuja "muralha feudal" se abria raramente, e só para vender boiadas.¹

Essa velha fazenda produtora de gado, e de outros bens, foi definida por alguns autores como um complexo rural: a unidade de produção autosuficiente, policultora, que criava e sustentava seu pessoal próprio, era muito povoada e dispunha de capacidade de produzir e beneficiar muitos bens.² Por isso, a história do gado de corte em Minas não pode ser separada da história da terra, dos ambientes, das técnicas e das relações sociais; por isso, também, fica fácil perceber por que o beneficiamento de parte dos produtos da agropecuária - que nos últimos 50 anos tendeu a concentrar-se nas cidades - foi originariamente comandado pelo rural e pelos oficiais especializados empregados na fazenda. A fazenda foi um domínio de terras, recursos, técnicas e pessoas.

¹ Consultar Oliveira Vianna (1957), Albino (1956) e Carvalho Franco (1975).

² Kageyama e outros (1990); Oliveira Vianna (op. cit.).

Alguns desses assuntos serão comentados nas partes seguintes desse texto. Em primeiro lugar será feita uma regionalização para situar a velha fazenda de gado e analisada sua relação com a terra; como o domínio estável da terra tornou-se condição para subordinar lavradores e artífices, as relações entre terra, trabalho e poder pessoal serão comentadas a seguir. Por fim, compreendidos os termos gerais de funcionamento da fazenda, será analisada sua indústria derivada e doméstica, e as relações entre processos, produtos e destinos, revelando o arsenal de técnicas de beneficiamento dos produtos da pecuária, principalmente a indústria dos derivados do couro.

Este texto é resultado de pesquisas feitas nos últimos dez anos nas regiões de criação de gado de Minas Gerais. A bibliografia é majoritariamente regional e recorre a muitas memórias microlocais, lembranças enfeixadas por antigos fazendeiros, boiadeiros, professoras e religiosos(as), que descreveram sua vida e época. Essas informações têm sido completadas por entrevistas com criadores, vaqueiros, lavradores e oficiais de serviços e indústrias rurais das várias regiões mineiras.

Regiões e períodos:

A exuberância da mineração colonial deixou pouco espaço para a história da criação de gado em Minas Gerais. Na verdade, porém, ela não é esquecida: é, apenas, sombreada na historiografia. Como a mineração produziu impostos, riquezas e tráfico africano, como deixou uma arquitetura marcante, a criação de gado mereceu no máximo um modesto rodapé nas atenções dos historiadores mineiros.

Isto não significa, de forma nenhuma, que esta tenha sido uma atividade menor em termos de renda ou importância para o povoamento: a pecuária ocupou os "sertões" mineiros, ao norte, nordeste, leste e oeste. Sul e Mata, igualmente, foram áreas de ativa presença da criação; porém, como sempre foram áreas de apropecuária muito diversificada, a pecuária extensiva não teve nelas a presença forte e quase exclusiva que marcou culturalmente as demais regiões. Nestas é possível identificar três linhas de ocupação da terra pela pecuária que podem ser organizadas por períodos e regiões.

Uma primeira linha, que pode ser denominada linha do cerrado, partiu do Campo das Vertentes e seguiu para oeste no rumo aproximado do curso do rio Grande, num certo sentido leste-oeste. No começo do século XIX, no imediato declínio minerador, Saint-Hilaire registrou a grande criação na região. Esta pecuária não era de interesse apenas local, mas voltada para o mercado do Rio de Janeiro, o maior da época. A criação estendeu-se ao centro mineiro, cruzou o alto São Francisco e daí rumou ao oeste e Triângulo mineiros. Eram partes do sertão no século XIX: a pecuária no início era diversificação e complemento da mineração, que encontrava pela frente campos cobertos por capins nativos.³

Uma segunda vertente, que pode ser denominada linha dos gerais, cresceu ao norte, onde a pecuária instalou-se saindo da Bahia e subindo pelo rio São Francisco, numa expansão dos currais baianos. Esta entrada começou timidamente no século XVIII, mas ganhou força mesmo a partir de meados do XIX. Montes Claros, a capital dos gerais mineiros, cresceu em importância por abastecer toda a região com o sal de suas jazidas. A expansão da pecuária no noroeste mineiro foi resultado do lento crescimento desta linha dos gerais; foi uma expansão tão lenta que em fins da década de 1970 a região ainda era fronteira agrícola. Em alguns pólos locais como as vazantes do rio Paracatu e cabeceiras do rio Urucúia uma pecuária rala e extensiva - ou alongada, como se diz por lá - ganhou força desde fins do século XIX.⁴

A terceira e última linha, a linha da mata, também teve origem no sertão do sudoeste baiano, mas enviesou para leste, e estabeleceu em todo o nordeste de Minas - os vales dos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce - desde o fim do século XIX uma expressiva pecuária de corte, cujo apogeu ocorreu na primeira metade do século XX. Esta foi uma expansão sobre pastagens que resultaram da derrubada de mata atlântica; isto conferiu um diferencial na qualidade dos pastos e na precocidade dos rebanhos: como a fertilidade do solo era homogênea e a região muito bem servida água, foi possível implantar fazendas com pastos contínuos, que aproveitaram-se intensa e rapidamente da extraordinária fertilidade da terra das antigas florestas.⁵

³ Silveira (1919; 1922); Saint-Hilaire (1975); Lenharo (1980).

⁴ Santos (1957); Strallen (1980); , **Mata-Machado**, Ribeiro (1996).

⁵ Consultar Duarte (1972; 1976), Almeida (1978) e Ribeiro (1996).

Essas três linhas de expansão da pecuária configuraram sistemas produtivos, técnicas de manejo e culturas locais bastante diferentes.

A linha do cerrado gerou uma pecuária que combinava as pastagens nas férteis terras de culturas e nas fracas terras de campos; o gado era criado nos dois ambientes contíguos e próximos, mas bastante diferentes em termos de qualidade de pastagens, microclimas, oferta de água e frutos que complementavam a alimentação do rebanho. Essa combinação de culturas e campos de chapadões produziu uma singular rotina de criação, que variava por estação do ano e exigia de tempos em tempos o deslocamento do gado de uma para outra área. Aproveitava-se da existência dos campos abertos, queimados de dois em dois anos, que permitiam o pastejo do gado durante toda a estação das chuvas; na estação seca os rebanhos eram conduzidos para mais perto das casas e currais onde costumavam receber sal, suplementos de milho e a pastaria de capim-meloso ou jaraguá, que expandia naquela época por todo o centro de Minas Gerais. Nessa região, o cerrado mineiro por definição, a criação de gado ocupou os chapadões dos rios Grande, alto São Francisco e Paranaíba.

O sistema de criação da linha dos gerais foi bastante parecido com os cerrados. As terras à beira do São Francisco e seus afluentes são muito férteis: nas cheias as águas vazam do leito dos rios e formam lagoas - vazantes ou canoões - que ficam cobertas de capins e permanecem verdes todo o ano; a pouca distância dali existem as chapadas de "gerais", terrenos áridos porém muito sadios na estação das chuvas; nesses se criava à larga no tempo das águas, na sólta, como ainda se diz ao norte. O gado era posto nos gerais no tempo das chuvas e retornava aos bons pastos, às invernadas, na estação seca.

A combinação de ambientes e espaços, frequentes nessas regiões, permitiram sempre o uso de grandes glebas de terras em comum por muitas fazendas. Os campos de cerrados e gerais, terras de pouca fertilidade natural, eram usados para pastoreio, mas também para caça e coleta; além de desfrutada de tempos em tempos pelo gado dos criadores, era usado por moradores de gerais e cerrados para criação, caça e coleta.⁶

⁶ Consultar Santos (1957) e Strallen (1979). Vestígios desses usos em comum de grandes áreas de pastagens nativas ainda podem ser encontradas nos sistemas de criação da Serra da Canastra (oeste/alto São Francisco) e nos *gerais* das serras do Gibão (norte) e das Araras (norte/noroeste).

A expansão da linha da mata criou sistemas e técnicas muito diferentes, pois a fertilidade alta e homogênea da terra da antiga floresta permitiu formar pastos contínuos, que cobriram milhares de hectares. Assim, criou uma pecuária de elevada produtividade e produziu também uma homogeneidade de domínio da terra, diversa dos sistemas agrários de gerais e cerrado. Em geral, foi uma pecuária mais presa à terra, ao mando e à continuidade das técnicas.⁷

A fazenda e o poder da terra:

As pessoas geralmente consideram terra como uma mercadoria que vale dinheiro; por isso acreditam que todos os fazendeiros eram ricos. Mas a identificação da terra com dinheiro é recente: até por volta dos anos 1950 as terras eram avaliadas por preços relativamente pequenos. Isto ocorria porque, em muitos lugares, havia terras onde ninguém ainda tomara posse, terras sem donos, nas áreas denominadas fronteiras agrícolas. Em alguns poucos lugares havia um mercado de terras mais firme: fazendas de café formadas, ou invernadas de alta qualidade. O preço dessas terras era baseado na quantidade de benfeitorias existentes. Mas esse comércio era incerto, sujeito a prazos muito grandes e inadimplências frequentes. O domínio da terra garantia ao fazendeiro abundância de alimentos, poder, prestígio político e conforto, mas raramente dinheiro, pois os negócios com terra eram poucos, e misturavam mantimentos, boiadas, outras terras, bens diversos, mas pouco dinheiro

No espaço agrário mineiro sempre conviveram fazendas e sítios estáveis de pequenos agricultores, posses temporárias de terras, áreas de florestas e fronteiras agrícolas em campos ou matas. Na passagem do Império para a República - mais ou menos entre 1850 a 1900 - houve muito debate sobre o melhor modelo de organização agrária para Minas Gerais: seria a fazenda, o pequeno sítio ou o lote colonial do imigrante? Essa questão se resolveu aos poucos, e a fazenda só surgiu como a forma dominante de organização da vida, da produção e dos espaços rurais mineiros em fins do século XIX. Até essa época fazenda e posse eram mais ou menos a mesma coisa, e fazenda era uma das organizações agrárias que sucedia à posse. Mas desde o final do século XIX a fazenda passou a ser aceita como o melhor modelo de organização do espaço rural: as outras formas - sítios coloniais,

⁷ Paternostro (1937); Castaldi (1957); Ribeiro (1996).

posses livres, áreas comuns, etc - tornaram-se menos importantes. A fazenda desde então passou a dominar as referências técnicas, produtivas e culturais do agrário e tornou-se o padrão para gerir os espaços rurais, localizar as pessoas, garantir a estabilidade da exploração do rural. É por isso que, ao pensar o agrário, os mineiros geralmente pensam a fazenda.

Na primeira metade do século XX, as fazendas iam ocupando terras novas de frentes de expansão e sua dimensão era imprecisa. Chapadas ou gerais emendavam-se às terras de cultura e não se sabia ao certo o tamanho das áreas de criar gado alongado. No Jequitinhonha havia o costume de dimensionar fazendas como "do tamanho da carreira de uma égua" - quer dizer, mais ou menos 1500 metros. A legalização de terra era pouco frequente: geralmente fazendeiros faziam declarações parciais de áreas em igrejas ou coletorias, mais para garantir-se em situações de conflito.⁸

Embora pudesse ser usada por muitos, as terras de fazendas não eram livres: eram do fazendeiro. Existia uma diferença entre ter terra e usar terra: era possível a alguns usar sem serem donos; existiam costumes e ajustes que admitiam a exploração de diferentes recursos numa mesma gleba. Lavradores plantavam suas roças nas terras de fazendas; mas isso não atrapalhava a criação de gado, pelo contrário, permitia que o lavrador colhesse sua lavoura e depois fosse limpar os pastos do fazendeiro: por isso os fazendeiros raramente faziam restrições às lavouras de moradores nas suas terras. Esses usos e costumes da fazenda jamais foram escritos, mas faziam parte das normas de convívio, variando de lugar para outro, entre outras razões pelas características locais.

A fazenda de criação em Minas Gerais foi uma economia, mas foi também um governo de terras e pessoas. Ao contrário do pequeno sítio familiar, a fazenda precisava e se baseava no trabalho dos outros: fazendeiros raramente eram produtores diretos; eles souberam transformar o domínio sobre a terra num conjunto de relações de mando, troca, amizade e compadrio. Essas relações permitiram aos fazendeiros conservar em sua influência lavradores que viviam na fazenda, atendiam ao fazendeiro, produziam seus próprios alimentos, trabalhavam às vezes e eram fiéis à fazenda. Em algumas regiões de Minas ainda podem ser encontradas pessoas que, perguntadas de onde são, respondem: Sou da [fazenda] Ypiranga, ou

⁸ Duarte (1971; 1976), Cançado (1980), Sol (1981), Ribeiro (1996).

Sou do [retiro] Sítio Novo; antes de serem de um município ou região, são da fazenda.⁹

A fazenda por dentro:

Até meados do século XX viviam em fazendas de Minas muitas famílias lavradoras que não tinham laços de parentesco, de propriedade, nem eram empregadas dos fazendeiros. Denominavam-se moradores, colonos ou agregados; a denominação mais comum era agregado; o sistema era conhecido como agregação ou agrego.

A agregação foi a base do mando e da produção da fazenda. Era um mando definido pela personalidade do fazendeiro, marcado pela trocas, reciprocidades e comunhão de interesses, envolvia direitos e obrigações dos dois lados, travando as relações entre fazendeiro e agregado.

Havia, obviamente, o aspecto econômico: o fazendeiro podia contratar o agregado para seu serviço quando quisesse, e pagava muito pouco a ele. Como agregados trabalhavam para produzir seus alimentos no tempo das águas, o resto do ano ficavam meio parados, e muitas vezes este tempo vago poderia ser utilizado pela fazenda. Agregados trabalhavam na limpeza de pastos, conserto de cercas, fabricação de rapadura, farinhas e outras atividades. Mas, também, muitos deles eram especializados em ofícios, como pedreiros, carapinas, seleiros e ferreiros.¹⁰

Mas, havia também o aspecto cultural, que não era diretamente econômico. Os agregados usavam as terras da fazenda para assentar seus filhos e genros, iam embolando as roças e criações nas terras da fazenda. As fazendas geralmente não faziam restrições às derrubadas de bosques e aberturas de lavouras, chácaras ou criação de animais. Dentro da fazenda os agregados formavam suas redes de solidariedade, compadrio e parentesco. Entravam diretamente nos mercados, sem participação da fazenda, vendiam seus produtos ou criações sem interferência da fazenda. Em quase tudo o agregado era igual a um sitiante, com uma grande diferença: era um sitiante dentro da fazenda, que estendia sobre ele uma rede de controle, doações, trocas e obrigações, comandada pela casa sede.¹¹

⁹ Ribeiro (1970); Woortmann (1987)

¹⁰ Sobre agregados ver Castaldi (1957) e Duarte (1972).

¹¹ Santos Filho (1957); Ribeiro (1996).

As casas sedes eram o centro do poder nas fazendas de gado mineiras, e apresentam características variadas por região. Vão da extrema simplicidade das sedes do Norte à exuberância no baixo Jequitinhonha e Centro-Oeste. É difícil afirmar que exista um padrão nessas construções, mas certamente não é errado dizer que o luxo nunca foi norma. Geralmente são casas de mobiliário produzido na própria fazenda, pouco e muito simples, construções muito sólidas e nem sempre amplas. O que existiu, e ainda se vê em muitas delas, foi uma ampla estrutura de consumo e beneficiamento de bens produzidos na própria fazenda.

Um exemplo, entre muitos, é a sede da antiga fazenda Sobrado, em Novo Cruzeiro, nordeste mineiro: colado à frente da casa há um curral equipado com barracão, bezerreiro, pátios de apartação e tronco; do lado esquerdo da sede fica o engenho de cana e alambique; ao lado deste, a horta; à direita ficam pomar, moinho de pedra, monjolo de gangorra, o chiqueiro, o paiol grande de cereais e, nos fundos, uma área de roça e galinheiro; ao fundo do curral as oficinas dos artesãos domésticos. Leite, ovos, rapadura, melado, açúcar, cachaça, verduras, frutas, farinhas, goma, canjica, carnes, mantimentos, arreatas e peças de serviço são produzidos ou beneficiados num raio de cem metros da casa.

Essas estruturas de produção foram organizadas em função das sedes. As tulhas, galpões e equipamentos de beneficiamento de mantimentos colados à casa - no quintal, chiqueiro, roça, horta - eram parte da estratégia da fazenda para abastecer-se com independência; ela consumia muito trabalho apenas para alcançar este objetivo. Por isso, para compreender a história da fazenda mineira, muitas vezes é mais importante entender seu sistema interno que entender as rotas de comércio, que foram raras, frágeis e arriscadas pelo menos até o meio do século XX. A casa de sede era geralmente a parte mais importante dessa combinação de terra, poder, família e trabalho.

Eram casas muito simples: móveis rústicos, poucas formas urbanas de conforto; bancos imensos, quartos singelos, baús, é o que se encontra nas descrições e nas lembranças. Eram casas de interior despojado como as sedes das fazendas Capivari (oeste), Boa Sorte (nordeste), da Guarda (alto Paranaíba) ou Araras (norte), que o tempo conservou: sombrias, chão de terra batida, mesas e bancos grandes e pesados, janelas grandes, quartos escuros, fogões a lenha

firmados em madeira, casas cercadas por puxados e quartos de tralha aos fundos.¹²

Essas sedes consumiam uma grande quantidade de trabalhadores, por isso foi costume corrente criar filhos dos outros, grupos de jovens - homens e mulheres - que eram sempre renovados. Isso permitia formar constantemente grupos de cozinheiras, serventes, oficiais ou vaqueiros, com uma forte fidelidade à casa e àquela família, da qual se tornava parte. Em muitas fazendas, gerações de fazendeiros e agregados viveram juntas, misturaram bens e destinos, criaram seu gado no "bolo", e conservaram laços estreitos com a mesma terra. A família fazendeira não era apenas o par conjugal e seus filhos, mas o conjunto dessas relações existentes em torno da terra e da casa.¹³

O poder político das fazendas mineiras foi grande em todo o período republicano, e esgotou-se quando combinaram-se nos anos 1970 a industrialização, as grandes migrações e o inegável sucesso produtivo da modernização agrícola promovida pela Revolução Verde. Era, sobretudo, um poder local: restrito ao município, relacionava-se periféricamente com os poderes centrais. As trocas entre prefeituras, poder locais e governos eram restritas à oferta de votos, aos agradecimentos do deputado e à alegria do chefe-fazendeiro ser recebido "em palácio". Mandar na política foi a possibilidade de mandar ao mesmo tempo nos bens públicos e privados, pois a política local era uma ampliação do poder da fazenda; trataram geralmente o bem público como sua propriedade, mas muitas vezes também financiaram o público com seus recursos privados.¹⁴

¹² Nelson de Faria, em *Tiziu*, mostrou a ordem dos espaços e poder de uma casa: regida por Dona Sinhá, a vida da casa acontecia a partir das orientações que ela dava. As posições eram definidas pelos direitos de entrada de cada um, e somente o gerente e o carreiro, pessoas de confiança da dona, passavam da sala-de-fora; Tiziu, o menino órfão recolhido pela cozinheira, era criado nos fundos da cozinha; ver Faria (1960).

¹³ O serviço em casa de sede raramente era ocupação de assalariados. Nas anotações da Mestra Guindô: "*Hoje 17 de julho de 1930, entrou Maria Soares para o serviço de nossa casa ganhando por mês 10\$000.*" [Contas Correntes da Fazenda Gameleira, ms, Itaobim] Maria Soares durante um ano e meio recebeu apenas mercadorias; em vez de dinheiro, um vestido, sapato, meia peça de americano, três metros de voile, três metros de riscado, linha, um purgante. Em todo seu tempo de serviço recebeu três pequeninos pagamentos em dinheiro. Oliveira Vianna definiu assim as raízes rurais do Brasil: "*Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente anti-urbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade.*" [Oliveira Vianna, 1957: 66]

¹⁴ Carvalho Franco (1975), Leal (1975) e Dulci (1999) analisaram alguns desses aspectos. Conta-se que um fazendeiro, chefe político e apoiador de JK, foi recebido por este depois da vitória na eleição para presidente da República; JK teria perguntado o que poderia fazer pelo município daquele fazendeiro, que teria respondido: - Nada! Você cuida de construir Brasília que eu cuido de construir Águas Formosas.

Pecuária: 15

Até a metade do século XX fazenda era um mundo à parte: dezenas, às vezes centenas, de agregados, produção de muitos mantimentos, áreas extensas de matas e pastos, gado criado na solta, na larga, alongado, e juntá-lo para ferra, castração ou venda era serviço de meses, que ocupava aos vaqueiros numa rotina perigosa. Com a vida aventureira e a coragem todo dia posta à prova, os vaqueiros deram assunto para uma crônica que separou sua profissão de todas as outras lidas rurais, essa era uma das razões por que o vaqueiro foi um profissional muito valorizado na pecuária de corte. A outra razão da sua valorização era por que dependia do seu serviço a renda do gado, que na maioria das vezes era a principal ou única fonte de renda da fazenda.

As dificuldades do serviço de vaqueiros vinha do caráter extensivo da criação e da necessidade de combinar conhecimento dos diferentes ambientes em que o gado era criado: campos ou culturas, vazantes ou gerais. Mas também existiam dificuldades por conta do rebanho, arisco, pois no começo da pecuária de cria mineira as matrizes usadas na linha do cerrado eram originadas da antiga raça caracu, que se destacava por uma razoável produtividade leiteira, mas era um gado tardio e bastante frágil. Nas linhas dos gerais e das matas o gado vinha de mestiçagens seculares do sertão baiano, e aí não havia raça: era o conhecido pé-duro, curraleiro ou comum. Era um gado muito resistente às rústicas condições da criação: suportava bem a solta, produzia largado em gerais, aguentava parasitos, calor e seca. Apresentava, como o caracu, alguns problemas: baixíssima produção de carne e leite, demasiado tardio, pouco fértil. O intervalo entre partos, segundo contam vaqueiros antigos, durava 36 meses; as novilhas começavam a reproduzir por volta dos 5 anos, o boi chegava à maturidade, mas ainda com pouco peso, por volta dos 7 anos.¹⁶

¹⁵ Grande parte das informações deste item foram extraídas e adaptadas de Ribeiro (2002).

¹⁶ Esse gado recebia muitas críticas. O Doutor Rebourgeon, contratado pelo Conselheiro Afonso Penna para opinar sobre os problemas da pecuária mineira, dizia que a mortalidade dos bezerros atingia 50%, a produção leiteira média diária de uma vaca era 1,5 litros/dia; por isso propunha introdução de reprodutores europeus, que acabaram fazendo a desgraça daqueles que seguiram seus conselhos (Rebourgeon, 1884). Nos anos 1920, Theopompo Almeida realizou uma exposição agropecuária em Fortaleza e nela ganhou fama o boi "*Junqueira*", pelo tamanho dos chifres. Era o modelo de boi daquela época; segundo J. Duarte, possuía chifres enormes, mas tinha "*quartos chochos, peito esguio e difícil engorda*". [Duarte, 1972: 122]

A grande revolução da pecuária mineira começou em fins do século XIX, com a introdução do zebu. Gado rústico, precoce e pesado, o zebu reúne qualidades que faltavam ao curraleiro e ao caracu. De origem indiana, divide-se em gir, nelore, guzerá e indubrasil, este último resultado de apuramento genético feito no Brasil mesmo. Ele começou a ser introduzido no país em 1875, mas foi a partir de fins do século XIX que começaram as importações em larga escala por criadores do Triângulo Mineiro. No começo do século elas aumentaram, e entre 1910 e 1920 ocorreu seu apogeu, a febre do zebu. Novas importações entre 1930/1945 permitiram que o zebu se misturasse intensamente com os rebanhos curraleiros; dos anos 1940 em diante, suas características já eram dominantes no rebanho de praticamente toda Minas Gerais.¹⁷

A partir da introdução e dos cruzamentos do zebu a pecuária mineira ganhou um grande fôlego; ele mais que duplicou a produtividade dos rebanhos, tornou mais regular e melhor a qualidade da oferta de carne, couro e, dada sua precocidade, leite. Essa produção regular passou a alimentar uma cadeia produtiva associada à pecuária, que envolvia cria, recria e terminação ou engorda. O Triângulo mineiro desde começos do século XX passou a oferecer bois gordos para frigoríficos paulistas; em Montes Claros um frigorífico foi instalado nos anos 1920, permitindo absorver a produção regional e coloca-la diretamente no mercado fluminense. Assim, com maiores ou menores variações, a melhoria do rebanho levou à transformação da pecuária num negócio estável, que cresceu e alimentou o mercado de gado.

Mas, quanto mais crescia, mais a pecuária demandava serviços. As atividades da fazenda de gado exigiam instrumentos e equipamentos, para a produção e o transporte: exigia arreios, um abastecimento regular de bens e serviços por meio de tropas, que por sua vez demandavam sua tralha de equipamentos - cangalhas, arreatas, bruacas. Foi por isso que a pecuária mineira produziu, além do gado, a cadeia de ofícios derivados - seleiros, curtidores e remendões - que se especializaram em abastecer-se e abastecer às fazendas e tropas, com um subproduto do próprio rebanho: o couro.

¹⁷ Marques (1968); Lopes e Rezende (1984).

Artes e ofícios do couro:¹⁸

As fazendas de gado precisavam de muitos equipamentos para montarias e serviços. Um vaqueiro, para ir aos pastos, necessitava de arreata completa: sela, cabresto, cabeçada, laço; se fosse no Norte, gibão e perneiras. As fazendas e povoados consumiam uns poucos, embora essenciais, produtos manufaturados importados: sal, pólvora, metais e alguns bens suntuários. Mesmo que esse consumo fosse muito pequeno ou de bens de luxo - baseado muitas das vezes apenas no sal, num caso, ou na compra de manufaturas e mimos importados, no outro -, as tropas de burros eram fundamentais na organização dessa sociedade. As tropas eram formadas por lotes de 7 ou 10 burros, cada qual carregando algo entre 60 e 90 quilos; uma tropa em serviço de transporte precisava também de cangalhas, cabeçadas, caixas, bruacas e courame para cobertura das cargas.¹⁹ A expansão das fazendas de criação e o povoamento interior aumentou constantemente a necessidade dos derivados do couro de boi.

O beneficiamento do couro exigia oficiais especializados: o curtidor, que transformava o couro cru em couro curtido; o seleiro, que produzia equipamentos a partir do couro cru ou beneficiado.

Curtidores eram (e são) oficiais que dão ao couro em bruto durabilidade e consistência, por meio de processos químicos, que pode variar dos mais rústicos e naturais recursos até uma manufatura bastante sofisticada. Sua capacidade de produção geralmente pode ser elevada, o que exige uma certa escala de demanda para justificar sua ação, pois mesmo o curtimento artesanal do couro exige equipamentos fixos de custos relativamente elevados e mobilidade espacial bastante limitada: cochos, tambores, tanques e, principalmente, muita água corrente.

Num curtimento artesanal o couro deve ser salgado logo após o abate da rês; neste momento, ou pouco depois, ele devia ser descarnado, isto é, ter retiradas as pequeninas partes de carne que permanecem grudadas na parte de dentro, o carnal; caso isso não seja feito o couro pode ser atacado por vermes, principalmente um, denominado polia, que ao final de certo tempo consome a carne restante e o próprio couro. Isto era feito usando a ferramenta denominada raspicho (tombo 0485). Para ser beneficiado o couro deveria ser cortado ao meio no sentido longitudinal, da

¹⁸ O autor agradece, nesta parte, às entrevistas de vários oficiais do couro, especialmente aos senhores Adão P. dos Santos, Alvinho Santos, Elpídio P. Dias, Hélio S. Pena e Tácio R. Molina.

cabeça para o traseiro, e ter retirados os pelos; no processo artesanal isto era feito usando a cinza da queima de madeiras, depois passou a ser feito com cal ou soda.

No curtimento artesanal do couro, em curtumes de pequena escala, eram empregados produtos extraídos diretamente da natureza: casca de angico, ou de barbatimão ou tanino, um derivado da acácia. Isto dependia da região e da oferta do produto. Os couros a serem curtidos, partidos ao meio, sem pêlos e descarnados, depois de lavados eram empilhados do fundo para a tampa do tanque, alternando uma peça de couro e uma camada de casca de angico ou barbatimão moída. Depois o recipiente era completado com água; todos os dias mudavam-se as posições, colocando o couro mais do fundo no topo da pilha, fazendo essa circulação durante um período que variava de 30 a 60 dias. A movimentação desses couros era feita com ganchos (tombos 0551 a 0554). A variação do tempo de curtimento devia-se às diferentes idades e raças das rês: gado mais velho, demorava mais tempo; o couro mais fino do gado europeu era curtido com menos tempo; o zebu, mais resistente ao ataque dos parasitos carrapatos e bernes, produzia couro de melhor qualidade.

O curtimento de maior escala, mais manufatureiro que artesanal, usava uma série de produtos químicos em lugar das cascas de árvores. Além disso, substituía os cochos de curtimento pelos tambores (tombos 1683 a 1686) que, rodando sobre dois eixos, permitiam uma imersão mais rápida e homogênea do couro com os produtos usados. Neste processo o couro passa por tanques e tambores várias vezes, sendo lavado e escovado em quase todas elas; para isso são necessários ganchos (tombos 0549 a 0554) e carros de mão para movimentação e transporte.

Os dois processos - artesanal e manufatureiro - são muito parecidos: têm como objetivo aumentar a resistência do couro, modificando sua composição, cor e espessura, tornando-o imputrescível, impermeável e imune ao ataque de insetos; o couro curtido geralmente é denominado sola. A diferença fundamental entre os processos, segundo antigos oficiais de selaria, é que os couros manufaturados são mais macios para serem trabalhados; em compensação são menos duradouros. Os couros artesanais, ao contrário, são mais duros e resistentes, carecendo de amaciantes - azeite de manona na peça ou cera de abelha na ferramenta de trabalho - para serem beneficiados.

¹⁹ Sobre as tropas e tropeiros ver Goulart (1961).

Como sua produção geralmente era fixa e podia ser grande, os curtumes precisavam de um ponto fixo de trabalho. Raramente o curtume ficava localizado numa fazenda servindo apenas a ela, pois, além do equipamento fixo, ele precisava de uma oferta regular de couro cru e produzia constantemente um tanto razoável de couro beneficiado. Por isso curtumes ficavam em cidades, vilas ou entroncamentos, que podiam satisfazer a demanda de consumo de uma pequena região. Mas o mercado mesmo para um curtume pequeno é bastante vasto: o couro curtido de uma rês adulta é o bastante para uma sela, que tem aproximadamente 5 anos de vida útil, em uso contínuo.

Mas não se usava (e usa) apenas o couro curtido. O couro ao natural, apenas seco ao sol, couro cru, tem também muitos empregos na montaria e no transporte.

O couro retirado do gado abatido degrada-se rapidamente se não for beneficiado. Para conserva-lo, em condições mais rústicas, e preciso deixa-lo secar ao sol, retirar todos os restos de carne e para isso é usado o cutelo, a faca de desbastar couro cru (tombos 483, 484, 486); depois disso é esticado por varas (tombo 0555) fixadas em todas as suas extremidades, formando um feixe que retesa até os últimos limites o couro ainda úmido e flexível. Esticado, o couro é exposto ao sol por aproximadamente um mês, até perder toda umidade e ganhar uma consistência firme; a partir daí pode ser usado. O couro cru é muito mais fino e flexível que o curtido; seu uso é limitado aos acabamentos mais rústicos ou à produção de laços e atavios que precisam suportar tração ou força.

Couro cru é fundamental na produção dos equipamentos de tropas e serve para complementos de arreatas, como cabrestos trançados, pontas-de-cabrestos, tirantes, pontas de sias, laços, chicotes; é usado na estrutura de arreios: recobre a armação das cangalhas, armações de selas, bruacas, caixas ou bolsas, recipientes de carga colocados aos pares no lombo do animais de transporte; pode, também, na falta de couro curtido ser usado para produzir sandálias e perneiras. Dependendo do produto e da elaboração, este material pode ser muito resistente: laços e pontas-de-cabresto na maioria das vezes são feitos com couro cru; no entanto, recebem uma dedicada produção artesanal que explica a força da sua trança; conservados à base de sebo bovino ou azeite aguentam prender bois pesados e resistem a anos de uso. Alguns oficiais de trabalho com couro especializam-se em trançar couro cru e produzem peças de grande beleza, resistência e praticidade, como cabrestos,

chicotes e laços, com tranças de seis a doze fios, delgados e delicadamente padronizados. Mas, com essas poucas exceções, couro cru sempre foi utilizado como complemento de arreatas.

Outro oficial associado ao couro é o seleiro, que raramente faz apenas selas. Geralmente faz um conjunto de bens tanto complementares - como cabrestos, estribos, laços - quanto diversos da montaria - como botinas, cangalhas, bainhas de facas. Esses oficiais seleiros podiam trabalhar em três condições diferentes: armando sua tenda numa cidade ou vila para atender à freguesia; trabalhar fixo produzindo e reformando equipamentos de montaria e outros numa única fazenda onde seria geralmente agregado e/ou empregado; trabalhar mascateando, levando sua caixa de ferramentas para onde fosse chamando, produzindo e reformando arreios por uns tempos numa fazenda, fazendo selas, cangalhas, cabrestos e outros serviços desse tipo. Uma característica do ofício do seleiro é a integração com outros ofícios, pois exige um refinado conhecimento dos couros cru e curtido, das madeiras que formam a estrutura das selas, do metal e das peças que compõem o aviamento das selas e cangalhas.

A sela (ou o silhão, a sela feminina, tombos 0508 e 0672) é produzida a partir de uma estrutura de madeira. O serviço de carpintaria molda a cabeça (a parte da frente), o assento e a meia-lua (a parte de trás) usadas nas selas mineiras. Esse núcleo de madeira é recoberto de couro cru fresco, apenas descarnado; preso à madeira, à medida que vai secando mais se ajusta a ela; a esta estrutura denomina-se casco ou cochinho (tombos 0506, 0671, 0505). Daí em diante o seleiro corta em couro curtido, a partir de moldes, as diferentes partes que irão compor o corpo da sela: as abas ou capas, a recobertura da cabeça, da meia lua e do assento. No assento costuma ser feita uma diferença fundamental, pois ele pode ser ou não macio; se for para serviço de vaqueiro será mais rústico, nada alcochoado, denominado casco de sela (ao norte e nordeste de Minas Gerais) ou arreio (ao centro e oeste), para distinguir da sela, propriamente dita, de assento macio, própria para viagens ou passeios.

Depois de recortadas, as peças em couro vão sendo encaixadas, costuradas ou pregadas ao casco; nesse momento ela costuma ser posta em cavalete (tombos 0501 e 0502), e em seguida são moldados e acrescentados os complementos: barrigueira, loros, guarda-loros ou pára-lamas, estribos, pontas de sias, garupeiras,

talabardões, suadores. Em algumas regiões e para determinados empregos são usados ainda peitoral (para prender a sela ao pescoço do animal) e rabicho (que a prende a sela à traseira do animal); esses reforços costumam ser usados em regiões de topografia mais acidentada ou situações em que é exigida uma grande firmeza à sela (pegas de boi ou vaquejadas).

Para dar forma ao seu produto o seleiro usa muitas ferramentas: facas para recortes, vazadores (tombos 0470, 0469, 0473, 0471, 0474, 0472, 0468, 0464, 0465, 0466), sovelas (tombo 0476), martelos, pés-de-ferro, agulhas, compasso, ferros de rebaixo, frisadores (tombos 0450, 0354, 0449, 0451, 0452, 0453, 0460). Ele compõe a sela e a finaliza, fazendo enfeites na sola e acabamentos mais ou menos trabalhados de acordo com o seu estilo ou o gosto do freguês.

Em quase toda Minas Gerais é costume usar a sela com cabeça, quer dizer, com a parte da frente elevada, que em alguns lugares costuma ser denominada santo antônio. Apenas ao norte, mais antigamente, se usava selas sem ou com pouca cabeça, imitando as gerebas, as selas rústicas dos vaqueiros nordestinos. A cabeça da sela pode ser ou não mais alteada, dependendo da época, região ou gosto de quem usa. É um modelo de sela diferente daquele usado no sertão baiano ou na região Centro-Oeste, onde costumam ser empregadas selas sem cabeça, mais rasas que as selas mineiras. Vaqueiros e seleiros mineiros argumentam que a sela de cabeça dá mais firmeza a quem trabalha ou viaja; tudo, porém, é questão de gosto e costume, pois alguns montadores costumam firmar-se mais no assento, outros mais nos estribos.

Montaria, selaria e pecuária, como todas demais atividades, sofrem uma influência muito forte do ambiente e da cultura. As técnicas de curtume são variadas por regiões, e às vezes microregiões; selaria e arreata variam bastante de acordo com o meio e o serviço, que podem exigir equipamentos mais ou menos resistentes, mais ou menos cômodos, e a pecuária, definitivamente, sempre foi colada nos recursos oferecidos pelos diversos ambientes naturais existentes em Minas Gerais. Assim, determinadas práticas ou processos conhecidos numa região jamais chegaram a ser utilizados em outros, e mesmo as denominações de componentes de arreata variam bastante de um local para outro. Por exemplo: os laços de couro (tombos 0509 e 1826) foram sempre um instrumento essencial para os vaqueiros da pecuária de soltas praticada no norte/nordeste, eram motivo de orgulho dos

vaqueiros um bom manejo do laço combinado à chinha ou destorcedor, que serve para subjugar no meio do campo mesmo aos bois mais pesados; no centro e leste mineiros o emprego deste instrumental é modesto ou mesmo desconhecido, porque o serviço exigia outra atitude do vaqueiro. O mesmo pode ser dito a respeito de cangalhas, muito empregadas por tropas e fazendas nas linhas de pecuária originárias da Bahia; na linha do cerrado, onde as distâncias menores de transporte e a topografia mais suave possibilitaram o emprego generalizado do carro de boi, a cangalha não teve a mesma generalização. O mesmo pode ser afirmado em relação ao cabeção (tombo 1835), aos chicotes de ponta fina (tombo 0510), coalheiras (tombo 0547), aos diversos tipos de rédeas e cabeçadas.

Essa diversidade certamente dificulta o aprendizado das pessoas que querem saber sobre esses costumes, mas também comprova a variedade cultural que a pecuária produziu em Minas Gerais. A criação de gado foi capaz de implantar sistemas e costumes absolutamente regionalizados que conservaram-se ou aprimoraram-se na medida que a pecuária foi se integrando. Mesmo assim, com toda a mobilidade de informações e recursos, com toda a relativa homogeneidade proposta pela moderna indústria de couros e arreios que opera em grande escala ainda é possível identificar as características absolutamente próprias de uma região. No século XXI é possível ainda perceber que um animal de boa andadura precioso no Oeste mineiro não vale nada no Nordeste; que a estribação comprida que se usa no Norte não é muito recomendada no Jequitinhonha, que os rabichos empregados na montaria da área da Serra Geral são desconhecidos no Sul. Ainda é possível perceber - pela arreata, animal e estilo - de qual região mineira é o cavaleiro amontado. Por mais que se integrem, as Minas continuam a ser muitas, como escreveu Rosa e não se cansam de repetir os mineiros que têm juízo.

Bibliografia

- ALBINO, W. **Perspectivas atuais da economia mineira**. IN Segundo Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte, UMG, 1956.
- ALMEIDA, H. de. **Cem anos de existência. Pedra Azul**. 1978.
- CARVALHO FRANCO, M.S. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2a edição. São Paulo, Ática, 1974

- CASTALDI, C. **A aparição do Demônio no Catulé.** IN PEREIRA DE QUEIRÓZ, **MI e outros, Estudos de Sociologia e História.** São Paulo, Editora Anhembi, 1957.
- DUARTE, J. **O fogo e o boi.** Belo Horizonte, Editora Comunicação, 1976.
- DUARTE, J. **Vultos sem história.** Belo Horizonte, 1972.
- DULCI, O. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- FARIA, N. de. **Tiziu.** Belo Horizonte, 1960.
- FREYRE, G. **Nordeste.** Quinta edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- GOULART, J.A. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil.** R.J., Conquista, 1961.
- KAGEYAMA, A. (coord) **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.** IN DELGADO, G. (org) **Agricultura e políticas públicas.** Brasília, IPEA, 1990.
- LEAL, V.N **Coronelismo, enxada e voto.** Segunda edição. São Paulo, Alfa Ômega, 1975.
- LENHARO, A. **As tropas da moderação.** São Paulo, Símbolo, 1979.
- LOPES, M.A.B. e REZENDE, E.M. **A introdução do zebu no Triângulo mineiro e sua expansão a partir desta região.** Mariana, Anais do Primeiro Seminário de História de Minas, 1984.
- MARQUES, D. **Criação de bovinos.** Belo Horizonte, 1969.

- MATA-MACHADO, B. **Histórias do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1991.
- OLIVEIRA VIANNA. **Populações meridionais do Brasil**. Quinta edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
- PATERNOSTRO, J. **Padrão de vida em Minas Gerais. Inquérito sobre o modo de viver dos camponeses numa área do norte do Estado de Minas Gerais**. São Paulo, Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, volume 39, 1937.
- REBOURGEON, C. **Relatório sobre a lavoura e a criação de gado apresentado ao Conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna**. R.J., Tipografia Nacional, 1884.
- RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- RIBEIRO, E. M. **Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem, CEDEFES, 1996.
- RIBEIRO, E.M. **Vaqueiros, fazendas e pecuária extensiva no Nordeste de Minas Gerais no início do século XX; 20 anos do Seminário Sobre e Economia Mineira**. Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/Edusp, 1975.
- SANTOS FILHO, L. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**. S. P., Nacional, 1957.
- SILVEIRA, A.A. da. **Agricultura e Pecuária**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1919.

- SILVEIRA, A.A. da. **Memórias Corográficas**. 2 volumes. B.H., Imprensa Oficial, 1922.
- SOL, O.F. **Salto da Divisa e outras considerações**. Belo Horizonte, 1981.
- VAN STRALLEN, C.J. **A capitalização do campo e as políticas de saúde**. Belo Horizonte, mimeog, 1980.
- WOORTMANN, K. **Cum parente não se negueia O campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico. Brasília, Editora UNB/ Tempo Brasileiro, 1987.